

# Desenvolvimento Social

## GABINETE DO SECRETÁRIO

**Portaria CIB/SP - 12, de 17-10-2018**

*Dispõe sobre as responsabilidades do Estado e dos Municípios na inclusão e atualização dos Beneficiários, do Benefício de Prestação Continuada – BPC no Cadastro Único*

A Comissão Intergestores Bipartite – CIB de São Paulo, em reunião plenária ordinária realizada no dia 17-10-2018, de acordo com o Regimento Interno e suas competências estabelecidas pela Norma Operacional Básica de 2012 – NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução 33, de 12-12-2012, e

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07-12-1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS 145, de 15-10-2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS;

Considerando a Resolução 109, de 11-11-2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Considerando a Resolução do CNAS 269, de 13-12-2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS 17, de 20-06-2011, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;

Considerando o Decreto Federal 6.135, de 26-06-2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências;

Considerando o Decreto Federal 6.214, de 26-09-2007, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência;

Considerando o Decreto Federal 8.805, de 07-07-2016, que tornou obrigatório, a partir de 06-11-2016, para o requerimento, a concessão e a revisão bienal do BPC, que as famílias estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com informações atualizadas;

Considerando a Portaria Interministerial MDSA/MP/MF 02, de 07-11-2016, a qual disciplina as novas normas relativas ao Benefício de Prestação Continuada;

Considerando a Portaria Conjunta 1 do MDSA/INSS, de 03-01-2017, que regulamenta as regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC;

Considerando a Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS 24, 08-03-2017, reeditada em 06-09-2018, que estabelece procedimentos e prazos para inclusão e atualização cadastral dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e de suas famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único);

Considerando a Portaria 337 do MDS, de 15-12-2011, a qual dispõe sobre o apoio financeiro a gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, no exercício de 2011, e dá outras providências;

Considerando a Portaria 81, de 25-08-2015, do MDS, a qual altera as Portarias 754, de 20-10-2010, e 256, de 19-03-2010, e que estabelece ações, normas, critérios e procedimentos para o apoio a gestão e execução descentralizadas do Programa Bolsa Família, no âmbito dos municípios, e dá outras providências;

Considerando a Instrução Operacional Conjunta 18/ SENARC/SNAS/SESEP/MDS, de 20-12-2012, que orienta os estados e os municípios sobre o estabelecimento de parcerias com Órgãos Públicos, Instâncias de Controle Social, Organizações Municipalistas e Organizações da Sociedade Civil, para a realização da Busca Ativa de famílias de baixa renda, com prioridade para as extremamente pobres, com o objetivo de incluí-las no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e promover a atualização cadastral;

Considerando o Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”;

Considerando a Resolução 2, de 16-03-2017 que aprova as prioridades e metas para os estados e o Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio de 2016 a 2019 pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT;

Considerando que São Paulo possui um total de 253.497 beneficiários do BPC para serem incluídos no Cadastro Único, conforme dados do Ministério de Desenvolvimento Social de Agosto de 2018.

Resolve:
Capítulo I
Das Disposições Preliminares
Art. 1º. Pactuar as Semanas de 26 a 30 de novembro e 17 a 21-12-2018 como a “Semanas de Mobilização e Mutirão de Cadastro dos Beneficiários do BPC no CadÚnico”.

Parágrafo Único: Serão desenvolvidas atividades de mobilização e mutirão de cadastramento em São Paulo durante o período de outubro a dezembro de 2018.

Capítulo II
Das Responsabilidades do Estado
Art. 2º. Realizar campanha de divulgação e mobilização em toda a rede socioassistencial, Cogemas, Fomseas e Conselhos de Direitos para o alcance de gestores, técnicos, usuários e conselheiros, podendo-se utilizar de recursos de jornalismo, publicidade e propaganda disponíveis para o alcance dos gestores, técnicos e público-alvo.

Art. 3º. Apoiar e potencializar as ações de mobilização e cadastramento realizados nos municípios, por meio de apoio técnico das Diretoriais Regionais de Assistência Social e Desenvolvimento Social-DRADS da SEDS as equipes do Cadastro Único e da Proteção Social Básica responsável pelo BPC, podendo-se utilizar dos seguintes procedimentos:

I-Apoiar diretamente os municípios nas duas semanas de mutirões por meio dos técnicos do Cadastro Único e BPC das DRADS ou SEDS;

II – Orientar nas supervisões técnicas realizadas pelos técnicos das Diretoriais Regionais de Assistência Social e Desenvolvimento Social-DRADS a inclusão nas oficinas de Convivência e Fortalecimento de vínculos a orientação sobre a obrigatoriedade e importância da inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único para requisição e manutenção do BPC;

III - Disponibilizar lista nominal com endereço dos cadastrados no Cadastro Único para qualificação das informações dos beneficiários do BPC;

IV - Reforçar nas Capacitações de Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família e nas Capacitações de Entrevistadores e Operadores do Cadastro Único, os procedimentos para inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único;

V - Fortalecer ações intersetoriais com a Secretaria de Saúde, Educação, INSS, Conselhos de Direitos entre outros, visando maior articulação entre as ações de mobilização para o cadastramento e atualização cadastral dos beneficiários,

Art. 4º. Monitorar e divulgar orientações e o quantitativo de beneficiários do BPC que ainda faltam incluir no Cadastro Único.

Capítulo II
Das Responsabilidades dos Municípios
Art. 5º. Acessar o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família - SIGPBF para fazer download da lista de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC que devem ser incluídos no Cadastro Único, estas informações devem ser tratadas pela equipe técnica do Cadastro Único ou do CRAS/CREAS e não serem divulgadas em espaços públicos.

Parágrafo Único: Fazer conferência da lista nominal de beneficiários do BPC disponibilizada no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – SIGPBF com a base de dados do CadÚnico do município para confirmar se não houve nenhuma divergência cadastral com os dados do beneficiário, confirmando se realmente não estão cadastrados no CadÚnico. Havendo divergência nos cadastros, deverá ser atualizado o CadÚnico e quando for o caso o Cadastro do INSS em uma Agência da Previdência Social mais próxima.

Art. 6º. Integrar a aplicação do questionário do Programa BPC na Escola com a entrevista para inclusão ou atualização do Cadastro Único

Art. 7º. Realizar um planejamento, considerando o número de beneficiários que ainda precisam ser incluídos no Cadastro Único e o montante de recurso financeiro disponível para a execução das atividades propostas, para ampliação das ações de inclusão e atualização cadastral dos beneficiários no Cadastro Único, podendo-se utilizar das seguintes estratégias:

I - Realizar ações de busca ativa nos territórios vulneráveis e com maior concentração de beneficiários do BPC, inclusive comunidades tradicionais e específicas, para inclusão e atualização cadastral no CadÚnico;

II - Realizar o cadastramento e atualização cadastral do CadÚnico na rede socioassistencial que atenda a população idosa e pessoa com deficiência beneficiária do BPC;

III - Realizar entrevistas do CadÚnico em domicílio aos beneficiários com mais de 80 anos e ou de pessoas com dificuldade de locomoção;

IV - Realizar mutirões itinerantes para inclusão e atualização cadastral no CadÚnico nos territórios vulneráveis e com maior concentração de beneficiários do BPC, inclusive comunidades tradicionais e específicas;

V - Mobilizar o público beneficiário por meio de cartas, cartazes, panfletos, carros de som, redes sociais na internet, divulgação em jornais, rádios, canais de televisão, entre outros meios de comunicação de massa, divulgando os endereços dos canais de atendimento presentes nos territórios;

VI - Fortalecer a articulação na oferta de serviços e benefícios no âmbito do SUAS, estabelecendo fluxos de encaminhamentos junto as equipes dos CRAS, CREAS e demais equipamentos da rede socioassistencial para mobilização das famílias com beneficiários que ainda não foram incluídos no Cadastro Único ou estão com seus dados desatualizados;

VII - Fortalecer a articulação com a Secretaria de Educação Municipal para mobilização das famílias com crianças e adolescentes beneficiárias do BPC que ainda não foram incluídas no Cadastro Único ou que estejam com seus dados desatualizados;

VIII - Fortalecer a articulação com a Secretaria de Saúde Municipal para cruzamento de dados da Atenção Primária com a base do CadÚnico local, para atualização de endereços dos beneficiários do BPC, e apoio das equipes do Programa Saúde da Família para mobilizar as famílias beneficiárias do BPC que ainda não foram incluídas no Cadastro Único ou que estejam com seus dados desatualizados;

Art. 8º. A gestão municipal deverá localizar os requerentes ou beneficiários do BPC interditados total ou parcialmente, que não possuam família de referência ou representante legal e que, em ambos os casos, estejam institucionalizados há 12 meses ou mais.

Parágrafo Único: Esse grupo encontra-se isento da obrigatoriedade de fazer a inclusão e ou atualização cadastral no Cadastro Único, no entanto a gestão municipal deverá preencher e imprimir o Formulário de Impossibilidade de Inclusão e Atualização no Cadastro Único.

Art.9º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria CIB//SP 13, de 17-10-2018

Pactuar novo prazo para o desenvolvimento e preenchimento da atualização referente a 2019 da versão 2018-2021 do Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo, PMASweb.

A Comissão Intergestores Bipartite de São Paulo – CIB//SP, em reunião plenária ordinária, realizada em 17-10-2018, dando cumprimento às suas atribuições definidas no Regimento Interno e da NOB/SUAS e em consonância com a portaria CIB//SP 07/2018, decide:

Artigo - 1º- - Pactuar novo prazo para o preenchimento da atualização anual do Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo – PMASweb versão 2018/2021, pelo período de 05 de novembro a 21-12-2018, pelos órgãos gestores municipais e deliberação dos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Artigo – 2º- Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria CIB//SP 14, de 17-10-2018

Pactuar os Planos de Providências dos municípios de Iporanga e Nantes.

A Comissão Intergestores Bipartite de São Paulo – CIB//SP, em reunião plenária ordinária, realizada em 17-10-2018, dando cumprimento às suas atribuições definidas no Regimento Interno e em consonância com a Resolução CIT 05, de 03-05-2010 e a portaria CIB//SPCIB//SP 13, de 30-11-2011, que acompanha o fluxo, procedimento e responsabilidade para a superação das dificuldades apontadas no Censo /SUAS;

Considerando a Resolução 08, de 14-07-2010, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que estabelece os fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Considerando a Portaria 09, de 18-10-2017, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo -CIB//SP, que pactua novos procedimentos para os Planos de Providências dos municípios e os Planos de Apoio do Estado que serão inseridos no Sistema de Informações para Gestão do SUAS-SIGSUASa partir de 01-01-2018;

Considerando a Deliberação 25, de 31-10-2017, do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo - Conseas, que dispõe sobre a implantação do SIGSUAS no âmbito do Estado de São Paulo.

Decide:

Artigo - 1º-Pactuar os Planos de Providencias dos municípios de Iporanga, até 21-05-2019 e Nantes até 31/12/18, e os Planos de Apoio das seguintes DRADS e Vale do Ribeira e Alta Sorocabana conforme registro no SIG/SUAS.

Artigo - 2º- Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria CIB//SP 15, de 17-10 -2018

Pactua o planejamento e monitoramento das metas referente ao ano de 2017, alcançadas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual

A Comissão Intergestores Bipartite de São Paulo – CIB// SP, em reunião plenária extraordinária, realizada em 28-08-2018, em consonância com a NOB/SUAS-2012 e a Resolução CNAS 145/2014, que aprova a Política Nacional de Assistência Social do SUAS,

Considerando a Resolução 01 de 22 de fevereiro que define as prioridades e metas para os Estados e o Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio de 2016 a 2019;

Considerando que o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS baseia-se nas diretrizes, objetivos e metas do II Plano Decenal Nacional, aprovado pela Resolução CNAS 7/2016;

Considerando o artigo 3º, da Resolução CIT 01/2017, que decide as metas da universalização do SUAS, do aperfeiçoamento institucional, da segurança de renda, da integralidade da proteção socioassistencial e da gestão democrática e participativa, pactua:

Artigo 1º - Pactua no mês de outubro/18, o planejamento e monitoramento das metas referente ao ano de 2017, do Pacto de Aprimoramento Estadual 2016/2019.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria CIB//SP 16, de 17-10-2018

Pactua o cofinanciamento estadual para a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI contemplado pelo cofinanciamento federal.

A Comissão Intergestores Bipartite de São Paulo – CIB//SP, em reunião plenária ordinária, realizada em 17-10-2018, dando cumprimento às suas atribuições definidas no Regimento Interno e considerando o encaminhamento do Memorando CAS 13/2018 que solicita a inclusão da proposta de cofinanciamento estadual do PAEFI com base nos critérios e municípios elegíveis na expansão MSE e PAEFI do governo federal.

Considerando o dispositivo da Resolução SEADS 15 de 14-07-2006, que implantou os Programa de Proteção Social Básica e Especial no Estado de São Paulo e da Resolução CNAS 07/2018, que estabeleceu os municípios elegíveis para ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS;

Considerando que há no Estado de São Paulo 285 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS em funcionamento e que ao abrir a possibilidade de cofinanciamento federal para a implantação de novos 28 (vinte e oito) CREAS, no Estado, decide:

Artigo 1º - Os municípios elegíveis de acordo com a Resolução CNAS 7, de 12-04-2018, para o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS ao serem contemplados com o cofinanciamento federal também receberão o cofinanciamento estadual a partir de 2019, pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Os municípios que possuem CREAS em funcionamento e elegíveis pelo CNAS são: Descalvado, Itacemápolis, Jarinú e São Manuel, sendo contemplados com recurso federal terão também o cofinanciamento estadual, no valor anual de R\$ 24.000,00.

Artigo 3º - Os municípios elegíveis de Castilho, Guararapes, Nova Granada, Pereira Barreto, Rosana, Tabapuã, Ubatuba e Urupês, que já possuem CREAS em funcionamento e com cofinanciamento estadual, se contemplados com o recurso federal, receberão o valor anual de R\$ 6.000,00 como valor complementar ao cofinanciamento estadual, partir de 2019.

Artigo 4º - Os municípios elegíveis de Aguai, Américo Brasiliense, Angatuba, Apiaí, Barra Bonita, Barrinha, Bastos, Campos de Jordão, Guararema, Ibaté, Ibiúna, Iguçu do Tietê, Igarapava, Iguape, Ilhabela, Itápolis, Jardinópolis, Laranjal Paulista, Rancharia, Rio das Pedras, Salto de Pirapora, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Isabel, São Miguel Arcanjo, São Pedro, Tambaú, Tremembé e Vargem Grande Paulista, que não possuem CREAS e contemplados com o recurso federal para a implantação do CREAS, receberão a partir de 2019, o valor anual de R\$ 24.000,00 como cofinanciamento estadual.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01-01-2019, após publicação.

## COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL

### DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE AVARÉ

<b>Extrato de Termo de Colaboração</b>
Processo 044/2018
Decreto: 61.981/2016
Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social
Conveniada: Fundação Padre Emílio Immoos - Avaré
Objeto - Transferência de recursos financeiros para implantação e funcionamento de Residência Inclusiva
Valor Total: R\$ 638.027,40.
Estadual – R\$ 476.941,41 - Onerando: Fonte 001.001.001 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, U.O. 35007, U.G.O. 350016, U.G.E. 350170, PT 08.244.3517.6035.0000, ND 33.50.43.
Federal – R\$ 161.085,99 - Onerando: Fonte 005003509 – U.O. 35007, U.G.O 350016, U.G.E 350031, PT 08.244.3517.6035.0000, ND 33.50.43
Data da Assinatura: 01-10-2018 - Vigência: 01-09-2018 a 31-12-2019

# Emprego e Relações do Trabalho

## GABINETE DO SECRETÁRIO

**Despacho do Secretário, de 23-10-2018**
Processo SERT 0773/2004 (SPDOC 1059938/18)
Homologo as conclusões exaradas referente ao Convênio SERT/SINE 094/2004 celebrado entre esta Secretaria e a Sociedade de Amigos de Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba, para a devolução no valor de R\$ 357.719,75, atualizados monetariamente.

### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>CENTRO DE FINANÇAS</b>		
<b>Comunicado</b>		
Solicitamos os pagamentos abaixo relacionados, referente às despesas com: Contratos e Utilidade Publica		
Na excepcionalidade da ocorrência da quebra de ordem cronológica, fica autorizado os presentes pagamentos nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8666/93.		
Centro de Finanças		
PDS a serem pagas		
230001		
Data:24/10/2018		
<b>UG LIQUIDANTE</b>	<b>NÚMERO DA PD</b>	<b>VALOR</b>
230101	2018PD00569	478.380,00
230101	2018PD00570	891.562,50
230101	2018PD00571	250.312,50
230101	2018PD00572	1.141.875,00
230101	2018PD00573	7.399,76
230101	2018PD00574	4.321,99
TOTAL		2.773.851,75
<b>UG LIQUIDANTE</b>	<b>NÚMERO DA PD</b>	<b>VALOR</b>
230102	2018PD00569	70,82
TOTAL		70,82
TOTAL GERAL		2.773.922,57

# Segurança Pública

## GABINETE DO SECRETÁRIO

**Resolução SSP-108, de 24-10-2018**

*Destina ao uso da Polícia Militar parte do imóvel que especifica, localizado no Município de São João do Pau D’Alho*

O Secretário da Segurança Pública resolve:
Artigo 1º - Fica destinado ao uso da Polícia Militar, 560,00 m², parte de área maior do imóvel constituído de 2.800,00 m², localizado de frente para a Rua Giácomo Poletto, confrontando-se por um dos lados com Rua Manoel Carvalheiro, pelo outro com a Rua Francisco Mizani, no Município de São João do Pau D’Alho, objeto da Transcrição 5.268 e matrícula 20.572, do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas Comarca Tupi Paulista, conforme identificado nos autos do processo GS 838/14-SSP/SP.

Parágrafo Único – O imóvel de que trata o “caput” deste artigo, destinar-se-á à instalação da sede do 3º Grupo PM, da 4ª Companhia PM do 25º Batalhão de Polícia Militar do Interior.

Artigo 2º - Fica revogada a Resolução SSP-19, de 04-04-2018.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(Prot GS-838/14)

**Despacho do Secretário, de 24-10-2018**

Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público
Processo: Prot.GS 4.878/18 - Interessado: Associação Residencial Vale Verde

Assunto: Adesão ao sistema Detecta.

À vista dos elementos de instrução dos autos e da manifestação da área técnica acostada à fl.107, que acolho, justifico, nos termos dos artigos 24, 31 e 32, caput e §§ 1º e 2º, da Lei Federal 13.019/14 e, em especial, do artigo 3º, § 1º, 1, do Decreto Estadual 61.981/2016, a Dispensa de Chamamento Público, que fundamenta a celebração direta de parceria entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, e a Associação Residencial Vale Verde, voltada à consecução de finalidade de interesse público, qual seja, o aperfeiçoamento das atividades de segurança pública, através da disponibilização de dados, sistema de dados, informações, imagens e sistema de imagens mantidos pela organização da sociedade civil, sem repasse de recursos materiais ou financeiros entre os partícipes e, ainda, por não envolver comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recursos patrimoniais, conforme Plano de Trabalho constante nos autos do Processo Protocolo 4.878/2018. Registre-se que, no prazo de 5 dias, a contar desta publicação, a justificativa poderá ser impugnada, conforme previsão dos artigos 31 e 32, caput e §§ 1º e 2º, da Lei Federal 13.019/14, e artigo 3º, § 1º, 1, do Decreto Estadual 61.981/2016.

**Extratos de Convênios**

Convênio GSSP/ATP-269/18.

Processo Protocolo 8.395/18.

Partes Convenentes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, e o Município de Jales.

Objeto – Delegação de competências municipais de fiscalização e engenharia de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, “Código de Trânsito Brasileiro”.

Parecer Referencial CJ/SSP 7/2018.

Valor: sem repasse de recurso.

Vigência: 5 anos

Data da assinatura: 23-10-2018

Convênio GSSP/ATP-270/18.

Processo Protocolo 8.166/18.

Partes Convenentes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, e o Município de Caiuá.

Objeto – Delegação de competências municipais de fiscalização e engenharia de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, “Código de Trânsito Brasileiro”.

Parecer Referencial CJ/SSP 7/2018.

Valor: sem repasse de recurso.

Vigência: 5 anos

Data da assinatura: 03-10-2018

Convênio GSSP/ATP-271/18.

Processo Protocolo 7.678/18.

Partes Convenentes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, e o Município de Sandovalina.

Objeto – Delegação de competências municipais de fiscalização e engenharia de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, “Código de Trânsito Brasileiro”.

Parecer Referencial CJ/SSP 7/2018.

Valor: sem repasse de recurso.

Vigência: 5 anos

Data da assinatura: 23-10-2018

Convênio GSSP/ATP-272/18.

Processo Protocolo 7.523/18.

Partes Convenentes - O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, e o Município de Cabreúva.

Objeto – Delegação de competências municipais de fiscalização e engenharia de trânsito, nos termos do artigo 25 da Lei 9.503/97, “Código de Trânsito Brasileiro”.

Parecer Referencial CJ/SSP 7/2018.

Valor: sem repasse de recurso.

Vigência: 5 anos

Data da assinatura: 23-10-2018

Convênio GSSP/ATP-273/18

Processo: Protocolo ATP GS 7.495/18

Partes Convenentes – O Estado de São Paulo por sua Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Guaratinguetá.